

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (Brasília, 2009) é possível afirmar:

- a) a referência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade e garante a proteção social básica;
- b) são atribuições do CRAS o planejamento, a execução físico-financeira, o monitoramento e a avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS;
- c) a responsabilidade pela gestão da proteção social básica é da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congêneres. Porém, a gestão territorial é responsabilidade do coordenador do CRAS, que deve contar com o auxílio dos demais componentes da equipe de referência;
- d) dentre o perfil e as atribuições da equipe de referência do CRAS, cabe ao técnico de nível superior a mediação de processos grupais, próprios dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados no CRAS.

2) A respeito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assinale a afirmativa correta:

- a) a implementação cabe exclusivamente à esfera estatal devendo ser ofertado necessariamente nos CRAS;
- b) tem como destinatários adolescentes e jovens de 15 a 17 anos pertencentes às famílias beneficiárias do programa de transferência de renda e não os adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas, os quais devem ser atendidos pelo PAEFI;
- c) inclui crianças e adolescentes submetidos à violações, além dos retirados do trabalho infantil, desenvolvendo atividades para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos;
- d) de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais são organizados em percursos, divididos em crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos.

3) Observe as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta de acordo com o Caderno de Orientação ACESSUAS Trabalho:

- I) O Programa Nacional ACESSUAS Trabalho é uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover acesso a oportunidades no mundo do trabalho;
- II) ACESSUAS Trabalho é um serviço que promove o acesso dos usuários a oportunidades de inclusão produtiva presentes no território;
- III) O ACESSUAS prevê a realização de intermediação de mão de obra diretamente pela Política de Assistência Social para os usuários;
- IV) Cabe aos técnicos do PAIF identificar os usuários e as famílias priorizando os beneficiários do Programa Bolsa Família que tenham interesse em participar das ações do ACESSUAS.

- a) todas as afirmativas acima estão corretas;
- b) somente os itens II e III estão incorretos;
- c) o item IV está incorreto;

d) os itens II, III e IV estão incorretos.

4) De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é incorreto afirmar sobre o PAIF:

- a) o PAIF é um programa de caráter contínuo, preventivo, protetivo e proativo;
- b) prevê o acesso a informações e encaminhamentos à políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo;
- c) destinam-se, entre outros, a famílias em processo de reconstrução de vínculos,
- d) todos os serviços da PSB desenvolvidos no território de abrangência do CRAS devem ser a ele referenciados e manter articulação.

5) Considerando o Programa BPC na Escola, podemos afirmar somente:

- I) O BPC na Escola tem caráter intersetorial, envolvendo a articulação de quatro políticas, sendo elas educação, saúde, assistência social e direitos humanos;
- II) Destina-se à faixa etária de 0 a 21 anos de beneficiários que estejam inseridos na escola,
- III) Destina-se à faixa etária de 0 a 18 anos e não compreende os beneficiários que estejam fora da escola;
- IV) Compreende usuários de 0 a 18 anos que estejam inseridos ou fora da escola;

- a) todas os itens estão incorretos;
- b) estão corretos os itens I e IV;
- c) os itens I e III estão corretos;
- d) estão incorretos os itens II, III e IV.

6) O Caderno Orientações Técnicas sobre o PAIF descreve que o mesmo pode desenvolver várias ações, exceto:

- a) acolhida particularizada ou em grupo, sendo que uma forma não exclui a outra, pois são complementares;
- b) encaminhamentos, que se referem ao direcionamento e orientações para outros serviços ou benefícios socioassistenciais e/ou para outros setores;
- c) ações particularizadas direcionadas à família ou algum de seus membros de forma individualizada e após a acolhida, sendo que as ações comunitárias constituem intervenções dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- d) oficinas com famílias para reflexão sobre um tema de interesse das famílias.

7) A respeito das equipes volantes é correto afirmar:

- a) o trabalho é exclusivamente de busca ativa e atividades esporádicas do PAIF;
- b) são conhecidas também como CRAS Itinerante e devem fixar-se em área central do município para acesso de toda a população;
- c) utiliza a própria equipe do CRAS em que se encontra instalado e deve cobrir as lacunas deixadas pelas ações deste CRAS e de outros em funcionamento no município;

d) é responsável por apoiar a inclusão ou atualização cadastral das famílias no Cadastro Único, realizar encaminhamentos necessários para acesso à renda, para serviços da Assistência Social e de outras políticas.

8) Constituem atividades do PAIF, exceto:

- a) palestras, campanhas ou eventos comunitários;
- b) apoio para obtenção de documentação pessoal;
- c) elaboração do Plano Individual de Atendimento;
- d) encaminhamento de famílias ou indivíduos para obtenção de benefícios eventuais.

9) Sobre o trabalho na Proteção Social Básica é correto afirmar:

- a) as oficinas com famílias do PAIF tem objetivos a longo prazo, podendo adotar técnicas de trabalhos manuais e demais terapias alternativas como estratégia de potencialização de talentos e melhora da auto estima;
- b) é atribuição da equipe de referência do CRAS elaborar Laudo Social para fins de requerimento do Benefício de Prestação Continuada;
- c) o acompanhamento em grupo visa atingir objetivos de curto prazo, demandando um processo de caráter continuado, sem delimitação temporal, possibilitando o fortalecimento da capacidade protetiva da família;
- d) o acompanhamento particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidade em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo.

10) Assinale a alternativa que não se enquadra nos objetivos do PAIF:

- a) o fortalecimento da função protetiva da família;
- b) a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias;
- c) a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- d) construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais.

11) É correto afirmar sobre a Vigilância Socioassistencial, exceto:

- a) É uma função da Política de Assistência Social.
- b) Consiste no conjunto de ações que visam a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.
- c) Refere-se à produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios, bem como o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.
- d) Deve manter estreita relação com as áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial.

12) A Vigilância Socioassistencial evoca a apropriação e utilização de três conceitos-chave, a saber risco, vulnerabilidade e território. Sobre estes conceitos, é incorreto afirmar que:

- a) O conceito de vulnerabilidade social é multidimensional, não restringindo esta à percepção de pobreza, tida como posse de recursos financeiros, embora a insuficiência de renda seja obviamente um importante fator de vulnerabilidade. É necessário que a vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo, via de regra, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas.
- b) O território constitui-se como objeto central e de permanente reflexão da Vigilância Socioassistencial e visa, tão somente, identificar as necessidades da população.
- c) a aplicação do conceito de risco está necessariamente associada à pré-definição de um evento (ou de um certo conjunto de eventos), tendo em vista a peculiaridade de cada área.
- d) Tal como o conceito de risco, o conceito de vulnerabilidade também é utilizado em diversas políticas públicas.

13) De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. Sendo assim, a Vigilância Socioassistencial:

I - apresenta a intrínseca relação da Vigilância Socioassistencial e das Proteções Sociais.

II - estabelece claramente que o objetivo final da Vigilância é identificar e prevenir as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

III - Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

- a) Todas as alternativas são corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II são corretas.
- c) Apenas as alternativas II e III são corretas.
- d) Apenas as alternativas I e III são corretas.

14) Para cumprir seus objetivos a Vigilância Socioassistencial:

- a) produz e sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;
- b) monitora a incidência das situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.
- c) identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- d) tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais

dos usuários.

15) A Vigilância Socioassistencial trabalha com a sistematização de informações em seu âmbito de atuação para facilitar o processo de planejamento e execução de serviços e, nos casos que se fizerem necessários, propor novas formas e questões para a coleta de informações. Sendo assim, sobre a coleta de informações para a Vigilância Socioassistencial podemos afirmar, exceto:

- a) Todas as informações necessárias para a Vigilância Socioassistencial são exclusivamente da própria gestão da Assistência Social.
- b) As fontes de informação podem ser as mais diversas possíveis, indo desde uma série de aplicativos disponibilizados nacionalmente, como CadÚnico, CECAD, Censo SUAS, como informações como informações coletadas pelos profissionais dos serviços em sua convivência com o território.
- c) Em casos mais específicos, será necessário o diálogo sobre determinados conceitos e variáveis para que se possa utilizar a informação de forma articulada intersetorialmente, e discutir questões como a interoperabilidades de sistemas informatizados.
- d) A Vigilância Socioassistencial deve explorar os aplicativos como o Censo SUAS, o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), o Sistema de Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade (IDV) e aplicativos estaduais e municipais.

16) Sobre a relação da Vigilância Socioassistencial com a busca ativa, podemos afirmar que:

- a) destaca-se a busca ativa do CRAS como instrumento fundamental na organização gerencial do trabalho social com famílias do PAIF.
- b) A Vigilância Socioassistencial realiza a busca ativa, o que possibilita a mobilização para comparecimento das famílias ao CRAS.
- c) Cabe à Vigilância fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados (produzidos a partir de dados do CadÚnico e de outras fontes) objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços.
- d) A realização da busca ativa pela Vigilância Socioassistencial, no território de abrangência do CRAS, das famílias em situação de vulnerabilidade social, antecede o processo de acompanhamento familiar.

17) Sobre a equipe e habilidades técnicas da Vigilância Socioassistencial:

I - A equipe da Vigilância deve ser multidisciplinar, podendo incluir as seguintes formações: Estatística, Economia, Tecnologia da Informação, entre outras.

II - A Vigilância é uma atividade técnico-política, isto é, tem, ao mesmo tempo, um conteúdo político e por esta razão os profissionais precisam ter uma habilidade para lidar com os aspectos políticos e tenham conhecimentos sobre a política de Assistência Social, e, ao mesmo tempo, é uma atividade técnica demandando habilidades específicas.

III - Tendo em vista que o tamanho da equipe depende do tamanho do município, da capacidade de gestão da Assistência e de muitos outros fatores, entende-se que este tamanho pode variar muito de caso a caso. Para municípios de pequeno porte, o primordial é que exista, no mínimo, uma pessoa de referência para a Vigilância Socioassistencial.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II são corretas.
- c) Apenas as alternativas II e III são corretas.
- d) Apenas as alternativas I e III são corretas.

18) Em relação ao Cadastro Único, podemos afirmar que:

- a) O processo de cadastramento é realizado diretamente pela gestão municipal, que os insere no sistema do CadÚnico. As famílias cadastradas recebem um Número de Identificação Social (NIS), gerado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.
- b) O CadÚnico orienta somente a seleção de beneficiários do PBF.
- c) O município precisa identificar as famílias que compõem o público-alvo do CadÚnico antes de organizar as atividades referentes ao cadastramento, ou seja, identificar as famílias de baixa renda, sendo caracterizadas com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo ou renda familiar total até dois salários mínimos.
- d) O CadÚnico é um banco de dados informatizado, que identifica as famílias em situação de pobreza, fornecendo dados para a priorização de ações governamentais na saúde, educação, trabalho, renda, habitação e segurança alimentar.

19) As condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público, nas áreas de saúde, educação e assistência social, visando melhorar as condições de vida das famílias que recebem o benefício. Diante da importância das condicionalidades, a Instância de Controle Social deve estar atenta em:

- a) trabalhar de forma desarticulada com os conselhos de saúde, educação e assistência social do município.
- b) monitorar os registros das condicionalidades e avaliar as dificuldades encontradas pelas famílias para o cumprimento desses compromissos.
- c) incentivar a atualização cadastral das famílias sempre que houver mudança de endereço ou troca de escola, para que o acompanhamento das condicionalidades possa ser realizado.
- d) incentivar o desenvolvimento de ações para divulgar as condicionalidades e para sensibilizar e mobilizar as famílias para o seu cumprimento.

20) O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

I - PBF é fruto da unificação dos programas de transferência de renda do Governo Federal criados a partir de 2001:

Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás.

II - Trata-se de uma substituição de renda, tendo em vista a promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda às famílias.

III - Um dos objetivos do Programa é promover o acesso dessas famílias à rede de serviços sociais públicos, promover a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da integração de ações da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Podemos afirmar que:

- a) Todas alternativas são corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II são corretas.
- c) Apenas as alternativas I e III são corretas.
- d) Apenas a alternativa II e III são corretas.

21) Considerando a definição expressa na Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. O papel do CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem:

I - ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

II - a gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade.

III- Ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos que devem ser ofertados na rede pelas outras políticas públicas e/ou órgãos de defesa de direito.

Considerando as alternativas acima, podemos afirmar que:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas a alternativa I está correta.
- c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

22) A partir de 2013, considerando os avanços na estruturação do SUAS, foi iniciada a discussão sobre o Redesenho do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que teve sua pactuação final em abril de 2014. Sobre o novo modelo proposto é incorreto afirmar:

- a) O Redesenho do PETI se destina a potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como a articular

ações com outras políticas públicas, o que favorece a criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

b) O Redesenho do PETI fortalece o papel de gestão e de articulação da rede de proteção ao prever a realização de ações estratégicas para enfrentamento do trabalho infantil, estruturadas em quatro eixos: 1. Informação e Mobilização; 2. Identificação; 3. Defesa e Responsabilização; e 4. Monitoramento.

c) A proposta de Redesenho do PETI resultou da avaliação da nova configuração do trabalho infantil no Brasil, revelada pelo Censo IBGE 2010, o qual mostrou a redução do trabalho infantil nos setores formalizados, porém um aumento de incidências de trabalho infantil na informalidade, nos âmbitos da produção familiar, do trabalho doméstico, da agricultura familiar e nas atividades ilícitas.

d) A atualização do PETI aprimora as ações de transferência de renda e o trabalho social com crianças, adolescentes e suas famílias.

23) De acordo com o documento "Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial (2018)", o CREAS, por meio dos serviços que desenvolvem, promovem ou articulam, exercem papel crucial na inclusão e proteção social a indivíduos e/ou famílias que se encontram em situações de violação de direitos e de violência. Analise as descrições a seguir:

I - Desenvolve trabalho social especializado com famílias e indivíduos, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento familiar, diante do conjunto de condições que os vulnerabilizam e/ou os submetem a situações de risco pessoal e social.

II - Desenvolve trabalho social continuado e programado com indivíduos e famílias nos territórios com incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, fragilidades pelo uso de álcool e outras drogas, situação de extrema pobreza, entre outras desproteções.

III. Favorece o acesso a direitos socioassistenciais ao ofertar serviços de proteção e cuidados para a redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigo institucional, diminuir a sobrecarga de cuidadores familiares advinda da prestação continuada de cuidados.

IV. Organiza ações de acompanhamento de adolescentes e jovens, favorecendo seu desenvolvimento e a responsabilização, fortalecendo vínculos, estimulando a função protetiva das famílias, em atuação conjunta com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e o Judiciário.

Com base nos itens anteriores, julgue a sequência correta:

a) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC – Serviço Especializado em Abordagem Social – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

b) Serviço Especializado em Abordagem Social – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Serviço de

Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC.

c) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Serviço Especializado em Abordagem Social — Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC.

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Serviço Especializado em Abordagem Social – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC.

24) De acordo com a Constituição Federal de 1988 a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais, exceto:

a) sobre a receita das instituições filantrópicas e religiosas.

b) dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.

c) dos trabalhadores.

d) sobre a receita de concursos de prognósticos.

25) A Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso, destinando-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos de idade. Não é considerada medida específica de proteção ao idoso, de acordo com o referido dispositivo legal:

a) providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei.

b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação.

c) orientação, apoio e acompanhamento temporários.

d) abrigo em entidade.

26) Considere as seguintes afirmativas sobre a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente no que tange às alterações introduzidas pelas Leis 13.509/2017, 13.715/2018, Lei 13.798/2019, pela Lei 13.812/2019:

I. A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

II. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, exceto quando a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

III. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

IV. Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no mínimo, 90 (noventa) dias e, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

Com base nos itens anteriores, julgue a sequência correta:

a) V, V, V, F

b) F, F, V, F

c) F, V, V, V

d) V, V, V, V

27) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Sobre os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, é correto afirmar:

a) máxima intervenção, visando a realização dos objetivos da medida.

b) prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.

c) habitualidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, não cabendo meios de autocomposição de conflitos.

d) generalização das medidas aplicadas, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente de modo global.

28) Ao ler a afirmativa sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) preencha as lacunas e assinale a alternativa correta:

“Os serviços, os programas, os projetos e _____ no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da _____ de renda, da _____, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a _____ e da plena participação social”.

a) ações – seguridade – acolhida - direitos

b) ações – segurança – autonomia – serviços

c) benefícios – segurança – acolhida – direitos

d) benefícios – provisão – autonomia – serviços

29) A Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sobre a assistência à mulher vítima de violência

doméstica e familiar e do atendimento feito pelas autoridades, pode-se afirmar:

- a) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até doze meses.
- b) Feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
- c) Nos casos de violência à mulher, serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.
- d) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, garantirá que a ofendida e seus familiares e testemunhas tenham contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas.

30) Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e conceitos e parâmetros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), alguns eixos devem nortear a organização e o desenvolvimento do trabalho social nos serviços do CREAS, exceto:

- a) Atenção especializada e qualificação do atendimento.
- b) Território e localização do CREAS.
- c) Mobilização e participação social dos usuários.
- d) Centralidade no indivíduo.

BOA PROVA!!!